

REQUERIMENTO

(Da Sr.^a ANA PAULA LIMA)

Requer o aditamento do Requerimento n.º 23/2026, que requer a realização de Audiência Pública para debater a proposta de redução da maioria penal, no âmbito da PEC n.º 32, de 2015, que tramita nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o aditamento do Requerimento n.º 23/2026, que solicita a realização de audiência pública destinada a debater a redução da maioria penal, para incluir como convidada a Secretária Nacional de Juventude, Sr.^a Vitória Genuino de Moraes Silva.

JUSTIFICATIVA

O debate acerca da redução da maioria penal demanda abordagem ampla, interdisciplinar e orientada por evidências, considerando não apenas os aspectos de segurança pública, mas também os impactos sociais, educacionais e institucionais das medidas propostas.

Nesse contexto, a participação da Secretaria Nacional de Juventude revela-se especialmente relevante por se tratar do órgão responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos da juventude, nos termos do Estatuto da Juventude (Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013).

A discussão sobre responsabilização juvenil deve ser acompanhada da análise das condições concretas de acesso da população jovem à educação, ao trabalho, à cultura, ao esporte, à assistência social e às



oportunidades de inclusão e proteção social, elementos fundamentais para a prevenção da violência e para a redução da reincidência.

Além disso, a presença da Secretaria Nacional de Juventude contribuirá para o debate qualificado acerca da efetividade das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como sobre os desafios enfrentados pela juventude brasileira, especialmente os jovens negros, periféricos e em situação de vulnerabilidade social, que compõem a parcela mais exposta à violência letal e à privação de liberdade.

Dessa forma, a participação da Secretária Nacional de Juventude permitirá ampliar a pluralidade institucional da audiência pública e enriquecer o debate parlamentar com informações técnicas e perspectivas voltadas à proteção integral da juventude e à construção de políticas públicas eficazes.

Sala das Comissões, , de maio de 2026

Deputada ANA PAULA LIMA

PT/SC

